

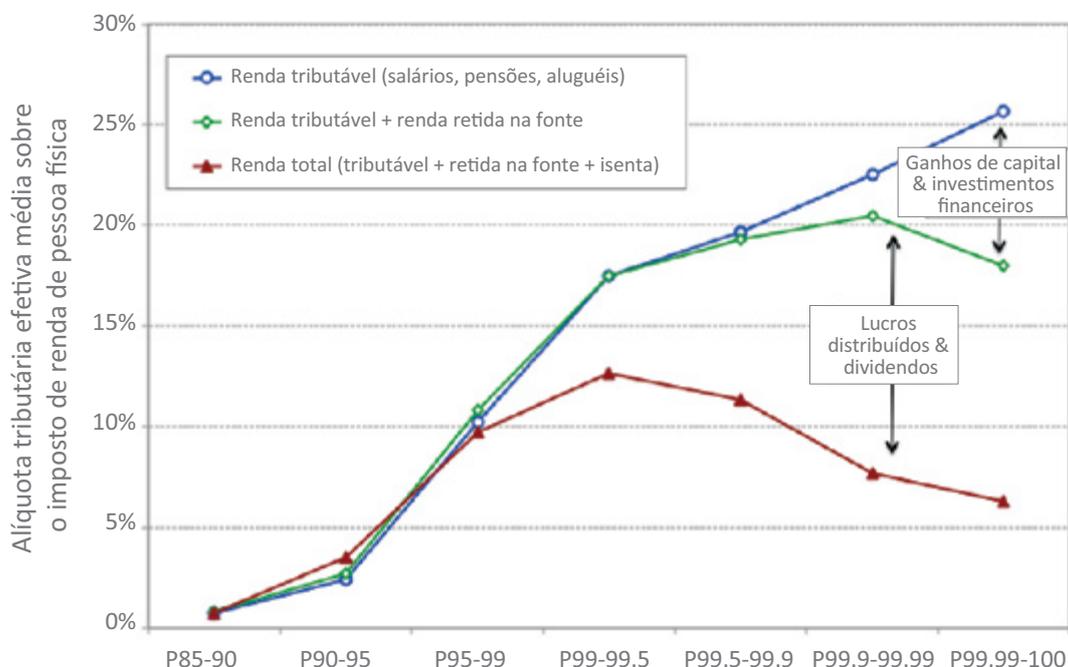
Tributação das elites, procura de renda e desigualdade de renda no Brasil

Marc Morgan, Paris School of Economics e a École des Hautes Études en Sciences Sociales e World Inequality Lab

O Brasil é um caso notável de coexistência entre alta desigualdade de renda fiscal e um imposto de renda de pessoa física pouco regulatório. Essas constatações são um claro reflexo da separação das rendas no país, para propósitos fiscais. Quanto mais se ascende na distribuição de renda fiscal pré-tributação, mais relevantes são as fontes de renda recebidas para a carga fiscal individual (MORGAN, 2017). Tal separação de renda pode ter um retorno positivo na desigualdade de renda pré-tributação. A Figura 1 mostra as diferentes alíquotas tributárias que se aplicam a diferentes categorias de renda no Brasil em 2015.

Como defendem Piketty, Saez e Stancheva (2014), alíquotas tributárias marginais tornam mais difícil para indivíduos que têm de negociar para aumentar seus rendimentos (por exemplo, executivos de empresas) que recebam rendas maiores. No Brasil, como em muitos outros países, executivos de empresas são propensos a dominar o topo da distribuição. Com alíquotas tributárias marginais tão baixas sobre renda tributável e baixas alíquotas em geral (em decorrência das desonerações fiscais para certas categorias de renda no topo), a restrição “compensação-negociação” não será tão vinculatória, e grandes disparidades de renda podem facilmente persistir.

Figura 1. Alíquotas tributárias efetivas médias para diferentes distribuições de renda no Brasil, 2015



Fonte: Morgan (2017).



A separação fiscal de renda pode influenciar decisivamente as formas de remuneração escolhidas por elites portadoras de bens, ligando o sistema tributário a decisões que levam a importantes implicações macroeconômicas. Esse fato pode ser observado a partir de decisões por proprietários de empresas (acionistas) sobre receber lucros ou dividendos ou realizar ganhos futuros de capital, vendendo suas ações mais tarde, ou optar por esquemas de bonificações ou recompras (que são completamente isentas) ao invés de acumular lucros na empresa (para ganhos de capital – tributados a uma taxa de 15 por cento – ou para investimentos fixos que aumentam as rendas do trabalho – tributadas à maior taxa marginal, de 27,5 por cento). Portanto, pode-se dizer que o sistema de tributação de renda brasileiro estimula certas formas de comportamento de busca de renda por parte das elites e que promove a visão de curto-prazo de maximizar o valor dos acionistas, dados os incentivos fiscais existentes.

Para satisfazer o princípio da progressividade e para limitar a busca de renda por parte das elites, as alíquotas tributárias efetivas médias para a renda total deveriam remeter de maneira mais próxima àquelas para a distribuição de renda tributável – quanto mais rico se é, maior será a proporção de seus rendimentos que se paga em impostos. Para tanto, formuladores de políticas teriam de remover isenções regressivas sobre rendas, tais como lucros distribuídos e dividendos, e aplicar o plano do imposto de renda de pessoa física para todas as rendas atualmente retidas na fonte e tributadas exclusivamente a alíquotas mais baixas. Esse fato significa trazer os ganhos de capital e juros de investimentos financeiros para o plano atual do imposto de renda de pessoa física.

Uma poderia ser a criação de um imposto de renda pessoal mais abrangente, que incluía todas as categorias de trabalho e rendimentos de capital, retidos na fonte e tributados de acordo com um programa específico de alíquotas efetivas progressivas sobre a renda total. A vantagem dessa opção é sua simplicidade e transparência. Uma variante seria um esquema duplo de tributação, no qual a renda de investimentos (da propriedade do capital) esteja sujeita a alíquotas maiores e diferenciáveis dos rendimentos do trabalho. O objetivo geral deve ser a criação de um sistema de imposto de renda pessoal que garanta a equidade fiscal e sirva como uma ferramenta reguladora na política salarial e em uma política nacional de desenvolvimento econômico, limitando a busca de renda a curto prazo e promovendo investimentos produtivos de longo prazo.

Referências:

- MORGAN, M. "Income Inequality, Growth and Elite Taxation in Brazil: New Evidence Combining Survey and Fiscal Data, 2001-2015." *IPC-IG Working Paper*, n. 165. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2017.
- PIKETTY, T.; SAEZ, E.; STANTCHEVA, S. "Optimal Taxation of Top Labor Incomes: A Tale of Three Elasticities." *American Economic Journal: Economic Policy*, 6(1): 230-271, 2014.